

PREFEITURA MUNICIPAL

# SANTANA DO ITARARÉ

PROJETO DE LEI Nº 59 /2014.

**SÚMULA:** "ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 025/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, JOSÉ DE JESUS ISAC, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, ENCAMINHA A ESTA CASA O SEGUINTE PROJETO DE LEI.

**Art. 1º.** Fica alterado o artigo 3º da Lei Municipal nº 025/2010, que dispõe sobre o Programa "Santana do Itararé Digital", o qual passará a conter a seguinte redação:

*"Art. 3º. Para participar do Programa "Santana do Itararé Digital" o interessado deverá estar quite com a Fazenda Pública Municipal.*


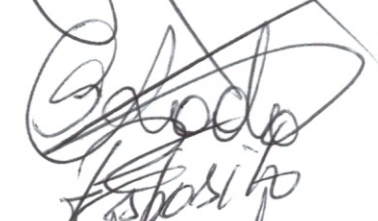
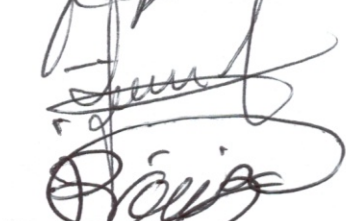
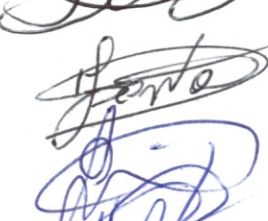

**Art. 2º.** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

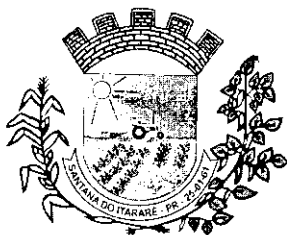
GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

**JOSÉ DE JESUS ISAC**

Prefeito Municipal

- Apresentado na Reunião Ordinária do dia 17/11/14 o qual foi colocado em votação o Regime de Urgência Especial e foi aprovado por unanimidade, e seguiu para a 1ª votação do projeto o qual foi aprovado por unanimidade;
- Apresentado na Reunião Ordinária do dia 24/11/14 o qual foi colocado em 2ª votação e foi aprovado por unanimidade, se do dissenso de 3ª votação e o dito do vereador João Pedro Gracito;



PREFEITURA MUNICIPAL

# **SANTANA DO ITARARÉ**

## **JUSTIFICATIVA**

Nobres Edis;

Tenho a honra de encaminhar à deliberação dessa Egrégia Casa, incluso Projeto de Lei que "Dispõe sobre a alteração da Lei Municipal nº 025/2010".

Esta proposta visa buscar maior efetividade do Programa "Santana do Itararé Digital", além de proporcionar a justa distribuição do sinal de internet gratuito à população.

Com a aprovação do Projeto em epígrafe, somente as pessoas que estão com suas obrigações tributárias em dia com a Fazenda Municipal poderão participar do referido programa.

Vale salientar caros Edis que esta exigência é extremamente necessária para que o projeto seja executado e ampliado de forma a não onerar em demasia a Administração Pública, uma vez que a sua eficácia exige investimentos e manutenção permanentemente. Ademais, trata-se de uma questão de justiça social, pois quem possui débitos para com o Município não pode usufruir de um serviço gratuito, que não é obrigação constitucional do Ente oferecer aos cidadãos.

Solicito, portanto, que este Projeto de Lei seja apreciado por essa Casa Legislativa, imprimindo-lhe caráter de urgência especial.

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

**JOSÉ DE JESUS ISAC**

Prefeito Municipal